



## Quatro impostos a menos para equipamento hospitalar

Se não tiverem similar nacional, esses aparelhos serão isentos do Imposto de Importação, do IPI, do PIS-Pasep e da Cofins. Projeto foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos e enviado à Câmara dos Deputados



Rogério Reis/Tyba



Waldemar Barreto/Senado Federal

A medida deve reduzir o custo final dos equipamentos e permitir o acesso das unidades hospitalares às mais modernas tecnologias de diagnóstico e atendimento em saúde. Essa é a opinião do autor, senador Delcídio do Amaral (foto ao lado), e do relator na CAE, senador Inácio Arruda. **3**

Máquina de ressonância magnética no Hospital Federal da Lagoa, no Rio: equipamento hospitalar sem similar nacional pode ter menores custos de importação

**Isenção para material escolar vai ao exame da CAE **3****

### Comissão aprova seguro-desemprego para artistas

Benefício foi aprovado na CE e receberá exame terminativo na CAS. Artista deve ter recolhido INSS por período de trabalho de, pelo menos, 30 dias nos 12 meses anteriores. **4**

### Aprovados três nomes para Conselho de Justiça **7**



Waldemar Barreto/Senado Federal

Randolfe Rodrigues (D) afirma que emissora "é uma referência não somente para a comunidade cristã, mas também para a cidadania".

### Senadores fazem homenagem à Rede Vida de TV

O Plenário homenageou ontem os 16 anos da Rede Vida de Televisão. Senadores disseram que o livre debate de

ideias e a defesa de valores universais marcam a programação da maior emissora católica de TV do mundo. **6**

### Fundo de R\$ 200 milhões para garantir venda do Berj

Plenário confirma decisão da CAE e cria conta garantidora para operação de venda das ações do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Berj) ao Bradesco, em maio. **5**

### Ferrovários pedem R\$ 82 mi para plano de saúde **7**



Genildo Magalhães/Senado Federal

Eunício Oliveira (C) entre Gilberto Martins, Vasi Werner e Ney Freitas. Indicação de Jefferson Kravchychyn (D) não foi votada



José Cruz/Senado Federal

Representantes de trabalhadores ferroviários estiveram em subcomissão presidida pelo senador Paulo Paim (C) para pedir ajuda federal e salvar plano de saúde da categoria

Eduardo Suplicy defende que, mesmo sem acordo, texto seja votado pelo colegiado na próxima semana e encaminhado à CCJ, que poderá fazer aperfeiçoamentos

## Subcomissão vota reforma na próxima quarta-feira

A SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA da Reforma Administrativa adiou para a próxima quarta-feira, às 18h30, a votação do Projeto de Resolução (PRS) 96/09, que altera o Regulamento Administrativo do Senado. Vital do Rêgo (PMDB-PB) pediu mais tempo para a análise do relatório de Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

O senador explicou ter ficado fora do Brasil em missão oficial, como participante da 100ª Conferência da Organização Internacional do Trabalho em Genebra (Suíça), o que lhe impossibilitou a leitura do relatório. Ressaltou que também é preciso buscar um melhor entendimento com todos os setores do Senado.

– Eu me permito pedir a vossas excelências um prazo mínimo necessário para que eu chame áreas da própria administração do Senado, setores do Senado, e possa, junto ao senador Ricardo, que é o nosso



Suplicy, presidente da subcomissão temporária, ao lado de Ricardo Ferraço, relator

relator, tentar encontrar pontos de convergência – assinalou o parlamentar.

O presidente da subcomissão, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), concordou em adiar a votação, com a anuência de Ricardo Ferraço, mas propôs que o relatório seja votado na próxima semana, mesmo que não haja consenso sobre todos os pontos.

– Na quarta-feira, dia 29, nós vamos encerrar os trabalhos da subcomissão e, se não houver acordo consensual, então se vo-

tará o relatório e encaminharemos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania [CCJ], onde poderá haver, ainda, aperfeiçoamentos ou a conclusão – disse Suplicy.

O texto que será votado na próxima semana é um substitutivo ao primeiro relatório apresentado por Ricardo Ferraço. O trabalho foi feito com base nas contribuições que a subcomissão recebeu de senadores e técnicos do Senado e de outras instituições.

## Mártires de 1932 no Livro dos Heróis da Pátria

Os heróis da Revolução Constitucionalista de 1932 Mário Martins de Almeida, Euclides Bueno Miragaia, Dráusio Marcondes de Souza e Antônio Américo de Camargo Andrade terão os nomes inscritos no Livro dos Heróis da Pátria, também conhecido como Livro de Aço. A homenagem é determinada pela Lei 12.430/11, sancionada pela presidente Dilma Rousseff na segunda-feira.

Os quatro estudantes paulistas foram mortos em 23 de maio de 1932, em confronto com forças favoráveis ao então presidente Getúlio Vargas, que havia assumido o poder na Revolução de 1930. Os restos mortais dos estudantes estão no mausoléu Obelisco do Ibirapuera, em São Paulo.

Depois da morte deles, a sigla MMDC (referência aos seus sobrenomes) passou a representar uma organização civil clandestina, que, entre outras atividades, oferecia treinamento militar para a realização de uma guerrilha.

Ao episódio seguiu-se uma intensa campanha de alistamento voluntário, inclusive por meio de cartazes, em diversos postos distribuídos pelo estado, e que veio a culminar com a Revolução Constitucionalista de 1932.

De acordo com a Lei 11.597/07, o Livro dos Heróis da Pátria, depositado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília, destina-se ao registro perpétuo do nome dos brasileiros ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo. A distinção só pode ser concedida no mínimo 50 anos depois da morte.

### Nota da Diretoria-Geral

A Diretoria-Geral do Senado divulgou nota sobre duas matérias publicadas pelo jornal *Correio Braziliense* ontem. Veja a seguir a íntegra da nota:

#### Comunicado da Diretoria-Geral

Sobre as matérias intituladas “Senado paga extra de até R\$ 18 mil a servidores efetivos” e “Limite para megassalário”, publicadas ontem no *Correio Braziliense*, temos a esclarecer:

1. O pagamento de parte da URV decorre da execução de **sentença transitada em julgado** no Processo 2000.03.99.068627-7, em ação proposta pelo Sindilegis, que reconheceu o direito dos servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do TCU ao pagamento dos juros de mora e correção monetária da URV (11,98%). Na fase de execução, **aquele juízo autorizou o pagamento administrativo**. O pagamento efetuado em 17/6 corresponde a 15% (quinze por cento) do valor devido a cada servidor e o saldo remanescente será informado ao juízo para a expedição de precatório judicial.
2. Quanto ao **teto constitucional**, o tema não é novo. O *Valor Econômico*, em matéria publicada em 28/2/2011, esclareceu que a falta de definição legal sobre o que entra e o que não entra no limite remuneratório tem gerado a adoção de critérios diferenciados nos diversos órgãos federais. Esclareça-se que **as vantagens pessoais recebidas pelos servidores do Senado entram no cálculo do teto remuneratório**, ao contrário do afirmado na reportagem. Por fim, registre-se que tramita no Senado Federal o PLS 3/11, que regula e uniformiza a questão do teto constitucional na esfera federal.

Diretoria-Geral do Senado Federal

## Senado fará sessão especial em homenagem a Glauber Rocha

O Senado vai realizar sessão especial para homenagear o cineasta Glauber Rocha no dia 23 de agosto. O requerimento da sessão foi apresentado pela senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e aprovado ontem.

O objetivo é lembrar os 30 anos de falecimento do cineasta, que morreu no Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1981. Glauber Rocha nasceu em Vitória da Conquista (BA), em 1939. Ator e escritor, foi como diretor de cinema que

se destacou no cenário cultural brasileiro.

*Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), *Terra em Transe* (1967) e *O Dragão da Maldade contra o Santo Guerreiro* (1969) são três dos filmes de maior destaque do cineasta.

Reconhecido internacionalmente, Glauber Rocha foi um dos grandes nomes do Cinema Novo, corrente artística nacional grandemente influenciada pelo movimento francês Nouvelle Vague.

## Malta critica STF por liberar Marcha da Maconha

O senador Magno Malta (PR-ES) manifestou ontem sua indignação diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de liberar a Marcha da Maconha. Ele disse ter sido desaconselhado a fazer o pronunciamento, mas afirmou sua necessidade de justificar o 1,3 milhão de votos que recebeu.

– Penso que o Supremo tem passado dos limites. O Supremo lida com a vida das pessoas e tem que tratar dos limites da constitucionalidade. Não foi constituído para acrescentar ou tirar da Constituição. Mais do que isso está legislando, e o papel de legislar pertence ao Legislativo – protestou.

Como decorrência da decisão,



Moneria Mariz/Senado Federal

Para Magno Malta, decisão do Supremo equivale a liberar a droga

observou, as marchas em defesa da legalização do consumo de maconha terão proteção das polícias militar e federal. Para o senador, isso configura a apolo-gia indireta ao uso da droga.

– O que o Supremo decidiu, com base na liberdade de expressão, foi liberar a maconha, uma droga que está na ilegalidade, e causa desde problemas cardíacos até câncer de pulmão.

## Sarney: “Supremo julga em face da Constituição”

“Uma decisão do Supremo Tribunal Federal é julgada em face da Constituição”, lembrou o presidente do Senado, José Sarney, ao avaliar a anulação, na sexta-feira, pelo juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Goiânia, Jerônimo Pedro Villas Boas, da união estável entre dois homossexuais realizada na cidade.

O juiz argumentou que a decisão tomada em maio pelo STF – de que o regime jurídico de união estável, previsto no

Código Civil, vale também para as relações homoafetivas – seria inconstitucional e que a modificação na Constituição para permitir esse tipo de união teria de ser feita pelo Congresso.

Para Sarney, no entanto, o STF já resolveu a questão e a decisão do tribunal deve ser respeitada. Ontem, a desembargadora Beatriz Figueiredo Franco, corregedora do Tribunal de Justiça de Goiás, cassou a decisão do juiz.

### Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na próxima edição do *Jornal do Senado*.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Crédito para o BNDES

14h A pauta está trancada pela Medida Provisória 526/11, transformada em projeto de lei de conversão (PLV 16/11) que autoriza a União a conceder crédito de R\$ 55 bilhões ao BNDES.

### Presidência Coordenação das votações

16h O senador José Sarney preside ordem do dia no Plenário.

### CDH Assassinatos de trabalhadores rurais

9h Audiência pública da Comissão de Direitos Humanos para debater a violência no campo, como os recentes assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais nos estados do Pará, Amazonas, Rondônia e Acre. Entre os convidados, o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante, o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Alberto Broch, e o padre Dirceu Fumagalli, coordenador da Comissão Pastoral da Terra.

### CI Distribuição de royalties do pré-sal

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina, entre outros itens, projeto que altera a legislação para garantir que parte dos royalties do petróleo e do Fundo Social do pré-sal seja destinada à prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radiativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres.

### CCJ Projetos da reforma política na pauta

10h Na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, propostas de emenda constitucional e projetos de lei relativos à reforma política que tratam de temas como coligações apenas em eleições majoritárias, mandato de cinco anos e reeleição para presidente, governador e prefeito.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
Plenário: [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
Comissões: [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## Senado celebra Dia do Orgulho Autista na segunda-feira

O Senado vai comemorar na segunda-feira, às 11h, em sessão especial, o Dia do Orgulho Autista, cujo tema deste ano é "O Brasil precisa conhecer o autismo". O requerimento solicitando a homenagem é do senador Paulo Paim (PT-RS). Celebrado em 18 de junho, o Dia do Orgulho Autista foi formalizado em 2005.

Classificado cientificamente dentro dos chamados distúrbios globais do desenvolvimento, o autismo, de modo geral, é uma síndrome caracterizada por alterações que se expressam na interação social, na comunicação e no comportamento.

Manifesta-se, quase sempre, por volta dos três anos de idade – podendo também ocorrer antes – e persiste por toda a vida adulta. Esse distúrbio atinge principalmente o sexo masculino, na proporção de quatro meninos para cada menina. As causas ainda não foram claramente identificadas e várias abordagens de tratamento têm sido desenvolvidas.

A iniciativa de instituir o Dia do Orgulho Autista foi do grupo *Aspies for Freedom*, fundado em junho de 2004, que luta pelos direitos civis dos autistas e mantém um site com fóruns sobre o transtorno do autismo e os demais transtornos de espectro autista. O objetivo do grupo, além da luta pelos direitos do portador do distúrbio, é informar e educar o público em geral sobre o assunto e dar apoio às famílias de autistas.

## Comissão ouve ministro da Integração

A Comissão Temporária de Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil realiza audiência pública na terça-feira, às 9h30, para ouvir o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra Coelho.

A finalidade da comissão é avaliar e propor alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de criação de uma Força Nacional de Defesa Civil. A comissão já realizou audiências públicas nas cidades de Florianópolis, Rio de Janeiro e Manaus. Na quinta-feira, às 14h, o colegiado ouvirá, no Senado, coordenadores da defesa civil da região Centro-Oeste.

Além de realizar audiências nos estados, a comissão pretende estudar as estruturas da defesa civil de países como Japão, Chile, Austrália e Estados Unidos, que frequentemente enfrentam desastres naturais.

Segundo projeto aprovado em decisão terminativa pela comissão, se não houver similar nacional, máquina poderá ser comprada com dispensa do pagamento de quatro tributos: Imposto de Importação, IPI, PIS-Pasep e Cofins

# Aprovada na CAE isenção fiscal para equipamentos hospitalares importados

EQUIPAMENTOS HOSPITALARES SEM similar nacional poderão ser importados com isenção de impostos. É o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa, e que deve seguir agora para análise da Câmara dos Deputados.

Pelo projeto de lei (PLS 81/09), já aprovado também na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), quatro impostos deixarão de ser cobrados na importação dos equipamentos hospitalares sem similar no mercado nacional: Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), PIS-Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Para o autor do projeto, senador Delcídio do Amaral (PT-MS), a isenção vai propiciar melhor

atendimento à população, que poderá ter, segundo explicou, mais acesso às modernas tecnologias que proporcionam "aumento da saúde, da longevidade e da qualidade de vida das pessoas".

A mesma opinião tem o relator da matéria, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), para quem não faz sentido a União onerar, com quatro tributos indiretos, o custo final de equipamentos e materiais hospitalares.

– Por inexistência de similar nacional, esses equipamentos só poderão ser adquiridos mediante importação pela própria União, pelos demais entes federados e pelos estabelecimentos públicos e privados dedicados à saúde – assinalou o relator.

Em seu parecer, Arruda aca-



Delcídio do Amaral (E), presidente da CAE e autor do projeto, com os senadores Cyro Miranda, Walter Pinheiro e Lindbergh Farias (D)

Marcos Kollme/Senado Federal

senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que estende a isenção de impostos também às partes e

peças de reposição dos equipamentos hospitalares sem similar nacional.



Sala de ressonância magnética no Hospital Federal da Lagoa, no Rio de Janeiro: os próprios governos serão uns dos principais compradores dos equipamentos

## Projeto visa dispensar tributos de material escolar

Material escolar, uniformes e outros produtos exigidos pelas escolas do ensino básico poderão ficar isentos de tributos. É o que prevê projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A decisão terminativa caberá à CAE.

Com a isenção de impostos, taxas e contribuições, o material escolar terá preços mais baixos. Assim, ressalta Crivella, o projeto (PLS 256/10) vai facilitar a aquisição do material

solicitado pelas escolas, uma vez que as famílias já são oneradas com outras obrigações fiscais no período em que são feitas as compras – como impostos sobre imóveis e veículos. No texto original, ele propôs que a isenção fosse concedida apenas em fevereiro.

Emenda do relator, senador José Agripino (DEM-RN), estendeu a isenção a todos os meses, pois, argumentou, o material escolar sofre desgaste no decorrer do ano e precisa ser repostado. De acordo com Agripino, a falta

de condições para comprar o material é uma das principais razões da evasão escolar.

A proposta de Marcelo Crivella determina ainda que o Poder Executivo regulamentar a lei que resultar do projeto, listando os materiais sujeitos à isenção. A regulamentação deverá ser feita em 90 dias após a promulgação.

Agripino apontou que os livros já foram isentos de impostos e que os alunos das escolas públicas recebem os livros didáticos de forma gratuita. Mas,

cerca de 4 milhões de estudantes de escolas privadas não têm o benefício.

– Não podemos fechar os olhos à realidade por que passa a maioria das famílias, oprimidas pelos gastos do início de cada ano letivo – afirmou o parlamentar.

O relator assinalou que projeto de sua autoria com o mesmo objetivo já foi aprovado no Senado e tramita na Câmara dos Deputados. Segundo ele, a proposta de Crivella deve tramitar em conjunto com a sua.

José Agripino, relator do projeto apresentado por Crivella, ampliou o alcance da proposta, para que benefício vigore em todos os meses do ano



Léo de Paula/Senado Federal

Para ter direito ao benefício, profissional deve comprovar ter atuado em espetáculos por pelo menos 30 dias nos 12 meses anteriores à data do pedido

## Seguro-desemprego a artista e músico passa na CE



Marisa Serrano explica que apresentou projeto por solicitação de um grupo de artistas



Presidida por Roberto Requião, comissão aprovou ontem várias propostas

### Marisa Serrano renuncia para assumir tribunal

Marisa Serrano (PSDB-MS) deve renunciar ao mandato no Senado, nesta semana, para tomar posse como conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (TCE-MS) na segunda-feira. Ela vai ser a segunda mulher a ocupar o cargo em 31 anos de existência do TCE-MS. Seu primeiro suplente é o empresário e pecuarista Antonio Russo Netto (PR-MS), de 69 anos.

O senador Paulo Paim (PT-RS) lamentou a renúncia, enquanto Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse que Marisa Serrano vai fazer falta, principalmente no que diz respeito à luta das mulheres.

Marisa agradeceu, explicando que este era o momento de retornar ao estado e continuar trabalhando por Mato Grosso do Sul, "analisando as contas públicas no tribunal de contas".

### Alfabetização de adultos será tema de audiência

A pedido do senador Eduardo Amorim (PSC-SE), a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) fará uma audiência pública – em data a ser definida – sobre os programas governamentais de alfabetização e educação de jovens e adultos no Nordeste.

Ao justificar a iniciativa, o senador citou as estimativas de que a região apresenta o maior índice de analfabetismo do país e de que, para cada dois nordestinos com mais de 60 anos, um é analfabeto.

– Essas pessoas poderiam ser atendidas pela modalida-

de de ensino conhecida como educação de jovens e adultos, mas esse atendimento está aquém do poderia ser – afirmou.

O senador ressaltou que, dos 75 municípios de Sergipe, 14% apresentam uma taxa de analfabetismo superior a 40% da população.

### Prêmio incentiva a pesquisa e a ciência

Entre os itens aprovados ontem pela CE, está o PLS 527/09, projeto de lei da senadora Marisa Serrano que institui o Prêmio Brasil de Incentivo à Pesquisa e à Aplicação de Conhecimentos e de Tecnologia para o Desenvolvimento Humano. Ao defender a aprovação do projeto, o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), disse que o prêmio pode ajudar a estimular a pesquisa científica nacional. Agora, a proposta continuará sua tramitação na Câmara dos Deputados.

### Nomes para pontes e portos são aprovados

A CE também aprovou o PLC 14/09, que dá o nome de Emerson Freitag–Boiadeiro a uma ponte localizada no município de Ji-Paraná (RO). Esse texto, já aprovado na Câmara, ainda terá de ser votado pelo Plenário do Senado. Outro projeto de lei aprovado pela comissão foi o PLC 225/09, que dá o nome de Petrolina–Paulo de Souza Coelho a um porto localizado no município de Petrolina (PE). Também já aprovada pelos deputados federais, essa proposta vai à sanção presidencial.

PROJETO DE LEI da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) que prevê seguro-desemprego a artistas, músicos e técnicos de espetáculos de diversão foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em caráter terminativo.

De acordo com a proposta (PLS 211/10), para receber o seguro-desemprego, o profissional precisa comprovar ter trabalhado em atividades da área por, pelo menos, 30 dias nos 12 meses anteriores à data do pedido do benefício e não estar recebendo outro benefício previdenciário de prestação continuada ou auxílio-desemprego. Além disso, é necessário ter efetuado os recolhimentos previdenciários relativos ao período de trabalho, bem como não possuir renda de qualquer natureza.

O seguro será concedido por um prazo máximo de quatro meses, de forma contínua ou alternada. Para conceder o benefício, o projeto altera a Lei 7.998/90, que trata do Programa do Seguro-Desemprego, do abono salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Marisa Serrano explicou que apresentou a proposta por solicitação dos artistas, especialmente os mais idosos, em audiências públicas no Senado.

### Desamparo

A senadora disse que a categoria é uma das menos amparadas pela proteção social no país. De acordo com estimativa do Ministério da Educação, ressaltou, cerca de 85% desses profissionais em atividade estão desempregados.

Além disso, destacou, a atividade acontece principalmente na informalidade, de modo que a maior parte desses trabalhadores jamais reuniria as condições estabelecidas por lei para obtenção do seguro-desemprego.

Sérgio Petecão (PMN-AC), em seu parecer, lido por Waldemir Moka (PMDB-MS), argumentou que a maior parte da categoria enfrenta muitas dificuldades, embora haja casos excepcionais de profissionais bem-sucedidos ou que têm relações trabalhistas mais seguras, como membros de orquestras e corpos de baile estáveis.

Por sua vez, Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou que, em geral, a agenda dos artistas se concentra em determinadas épocas do ano.

– Comparo o seguro-desemprego destinado ao pescador em período de defeso ao do artista. O músico é da mesma forma sujeito à safra, sua atividade é sazonal – observou o senador.

## Associações pedem compulsória no serviço público só aos 75 anos

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita de representantes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), da Associação Nacional dos Desembargadores (Andes), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) e do Instituto Rui Barbosa (IRB).

Eles vieram pedir o apoio à Proposta de Emenda à Constituição 457/05, que amplia de 70 para 75 anos a aposentadoria compulsória do servidor público.

A PEC já foi aprovada no Senado e está em tramitação na Câmara dos Deputados. Segundo o presidente da Atricon, Salomão Ribas Junior, há uma razão social para a mudança, já que há um aumento da expectativa e da qualidade de vida no mundo atual.

O presidente da Atricon também aponta que a experiência e o enriquecimento intelectual em determinadas profissões só são alcançados a partir de determinada idade.

Ele aponta como exemplos

o magistério e o exercício nos tribunais superiores. A medida, então, iria colaborar com a qualidade do serviço da administração pública.

– O funcionário que completar 70 anos não seria automaticamente afastado, como ocorre na legislação atual. É um ganho para o servidor e para o governo – disse Salomão.

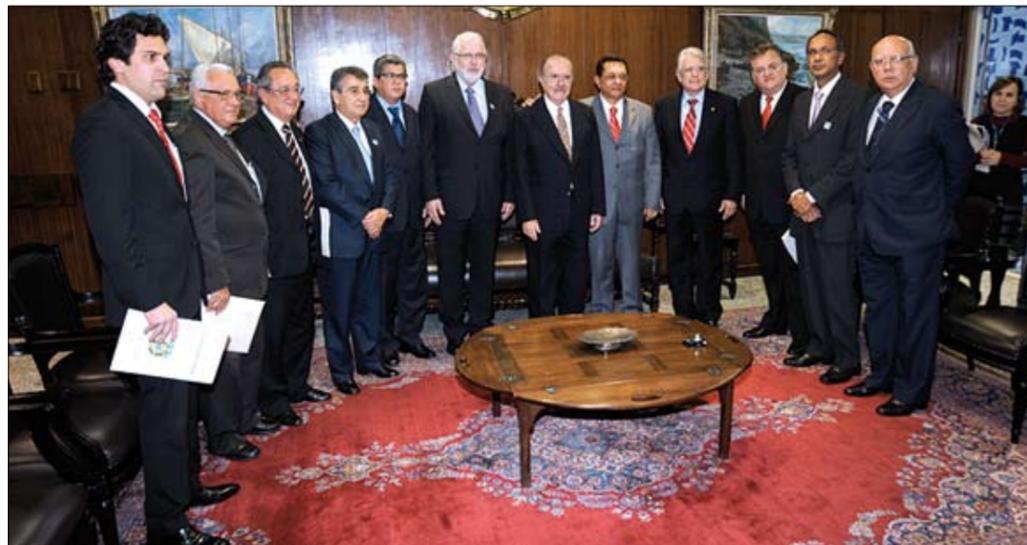
Para o presidente da Atricon,

também há um interesse da administração no aumento da idade, já que haverá economia para os cofres públicos com "menos necessidade de reposição de recursos humanos". De acordo com os representantes, a medida pode gerar economia de até R\$ 20 bilhões para os cofres públicos no período de cinco anos.

Sarney apoiou os argumentos

apresentados e disse que já debateu o tema com vários presidentes da República. Para ele, com o avanço da ciência e com o aumento da longevidade, é possível verificar a plena vitalidade de muitos trabalhadores com mais de 70 anos.

– As ideias estão amadurecendo e acredito que seja possível [a aprovação da medida] – afirmou Sarney.



Para Sarney, avanços da ciência e da expectativa de vida justificam aumento da idade para aposentadoria do servidor

Doze anos depois da privatização de parte do banco estadual, projeto de Francisco Dornelles foi aprovado ontem pela CAE e, depois, pelo Plenário

# Venda do Berj ao Bradesco ganha fundo garantidor para passivos

UMA CONTA GARANTIDORA com recursos de até R\$ 200 milhões deverá ser criada para assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes da venda das ações de emissão do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Berj) ao Bradesco, em leilão realizado em 20 de maio. Projeto que autoriza o estado do Rio a criar a conta foi aprovado ontem de manhã pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, à tarde, pelo Plenário, e agora vai à promulgação.

O Berj é a parte do antigo Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), que permaneceu com o estado. O Banerj foi posto em intervenção em 1994 e entrou em liquidação dois anos depois, quando foi dividido em dois. A parte denominada Banco Banerj S.A. foi vendida também em leilão, em 1997, ao Banco Itaú (hoje Itaú Unibanco).

**Antigo banco do estado foi posto em intervenção em 1994 e em liquidação dois anos depois**

Autor do projeto (PRS 26/11), o senador Francisco Dornelles (PP-RJ) esclarece que, por ocasião da venda do Banerj ao Itaú, o Senado havia autorizado ao estado do Rio tomar um empréstimo de cerca de R\$ 3 bilhões junto à Caixa Econômica Federal, para garantir passivos ocultos (dívidas antigas que viessem a ser reconhecidas depois da venda). Os recursos permitiram criar dois fundos garantidores da operação de privatização: a "Conta A", para garantia do passivo previdenciário, e a "Conta B", para os passivos trabalhista, cíveis e outros.

Agora, 12 anos depois da privatização do Banerj, o estado conseguiu vender o Berj e voltou a precisar de um fundo garantidor para eventuais passivos ocultos dessa divisão. Ao mesmo tempo, o estado realizou auditoria nos passivos remanescentes do Banerj e veri-



Luiz Henrique e Francisco Dornelles, autor do projeto, conversam durante a reunião da CAE: estado conseguiu vender o Berj e precisa de fundo garantidor

ficou que o saldo depositado na "Conta B" é muito superior ao valor das obrigações pendentes. Por isso, sugeriu a transferência de até R\$ 200 milhões dessa reserva para uma nova conta garantidora, agora vinculada aos passivos do Berj (denominada "Conta B1").

Como explica Dornelles, a au-

torização do Senado permitirá que os recursos da operação de crédito autorizada em 1997 sejam utilizados não apenas para a privatização de uma parte do antigo, mas para o banco por inteiro. O relator do projeto, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), manifestou-se pela aprovação da matéria.

## MP continua a trancar a pauta de votações

A pauta de votações do Senado segue trancada pela medida que aumenta o volume e a capacidade de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Se não for votado até o dia 1º de julho, o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 16/11, decorrente da Medida Provisória 526/11, perderá sua validade.

A MP também amplia os recursos totais destinados aos financiamentos do BNDES para R\$ 75 bilhões, nas operações contratadas até 30 de junho de 2012. Como informa a mensagem do Executivo enviada ao Congresso, o volume de financiamentos subvencionados pela União é de R\$ 208 bilhões.

O crédito de R\$ 55 bilhões vai garantir a maior parte dos desembolsos do banco em 2011. Os empréstimos destinam-se, entre outros, à aquisição de produção de bens de capital, ao setor de energia elétrica, a estruturas para exportação de granéis líquidos e a projetos de engenharia e inovação tecnológica.

## Suplicy: voto de pesar pela morte de Bertolucci

Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto de pesar pela morte do empresário Antonio Bertolucci, presidente do Conselho de Administração da Lorenzetti, fabricante de duchas e chuveiros. Bertolucci, aos 68 anos, foi atropelado no dia 13 de junho, por um ônibus, quando se dirigia ao trabalho, de bicicleta, na zona oeste da cidade de São Paulo, explicou o senador.

– Bertolucci costumava ir diariamente para o trabalho de bicicleta. Aos amigos falava da vantagem de andar de bicicleta, de como era bom para a saúde e não causava danos ao meio ambiente – relatou.

O senador disse que, "na missa de Sétimo Dia, realizada segunda-feira na Igreja de São Pedro e São Paulo, junto ao Bosque do Morumbi, centenas de amigos, além de familiares, e tantos ciclistas, foram homenageá-lo. O sacerdote ressaltou o quanto Antonello havia aqui na Terra cumprido sua missão".

Suplicy também pediu a adoção de medidas de maior respeito aos ciclistas e lembrou que em 2010 houve quatro mortes de ciclistas por mês na capital paulista.



Flexa Ribeiro (D) quer informações sobre indícios de irregularidades detectados pela fiscalização da Aneel: Eletrobras não teria transferido R\$ 1,2 bilhão ao fundo

## Fundo administrado pela Eletrobras será debatido na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá realizar audiência pública para examinar indícios de irregularidades no uso dos recursos da reserva global de reversão (RGR), fundo de cerca de R\$ 16 bilhões administrados pela Eletrobras. O debate foi solicitado pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e aprovado, ontem, pela comissão.

Serão convidados a prestar esclarecimentos o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson José Hübner Moreira, e o presidente da Eletrobras, José da Costa Carvalho Neto.

As irregularidades foram apontadas em relatório produzido pela área de fiscalização da Aneel. O documento traz

indícios de que a Eletrobras teria se apropriado de pelo menos R\$ 1,2 bilhão que deveria ter sido transferido ao fundo. Além disso, empresas do grupo teriam sido favorecidas por aditivos contratuais em empréstimos do fundo que resultaram em prorrogação de pagamentos ou suspensão de juros e multas por atraso.

A RGR é uma taxa recolhida de todos os consumidores em suas contas de energia. Foi criada há 40 anos e deveria ter sido extinta em 2010. No entanto, a Medida Provisória 517/10 prorrogou a contribuição até 2035. Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 13/11), a MP passou recentemente no Senado, mas ainda não foi sancionada pela

presidente Dilma Rousseff. A Eletrobras possui a prerrogativa de aprovar empréstimos com base nos recursos arrecadados, de forma subsidiada, para agentes do setor elétrico.

– A prorrogação foi um dos jabutis incluídos na MP 517 – comentou Flexa Ribeiro, numa menção ao numeroso grupo de temas agregados à matéria pela Câmara dos Deputados.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), disse que recebeu informações da Aneel segundo as quais o relatório de fiscalização divulgado pela mídia foi elaborado por um técnico do órgão. O documento, porém, ainda não teria passado pelo exame de qualquer outra instância da agência regula-

dora. A Eletrobras ainda irá se manifestar sobre seu conteúdo, podendo recorrer ao pleno da diretoria da Aneel em relação ao que vier a ser decidido.

### Energia elétrica

Outro requerimento aprovado pela CAE prevê a realização de audiência, junto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), para discutir a universalização do atendimento de energia elétrica para consumidores que se localizam em pontos distantes das redes de distribuição. Autor do requerimento, Delcídio do Amaral sugeriu a presença de representantes da Aneel, do Ministério de Minas e Energia e de entidades ligadas ao setor elétrico.

Para oradores, o livre debate de ideias e a defesa dos valores cristãos e da cidadania marcam a programação da "maior emissora de TV católica do mundo"

# Plenário homenageia Rede Vida de Televisão

O PLENÁRIO DO Senado dedicou a primeira parte da sessão de ontem para uma homenagem aos 16 anos da Rede Vida de Televisão. Primeiro a assinar o requerimento de homenagem, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que a emissora "é hoje uma referência não somente para comunidade cristã, mas também para a cidadania brasileira".

Randolfe destacou, como características da emissora, o livre debate das ideias, a prevalência do interesse público sobre o privado e a valorização da diversidade brasileira em sua programação. O senador parabenizou o presidente da Rede Vida, João Monteiro de Barros Filho, por sua determinação em criar "uma rede nacional de televisão para a promoção e defesa dos valores cristãos e da cidadania", e que hoje é "a maior emissora de TV católica do mundo".

## Valores universais

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a emissora cumpre seus dois compromissos fundamentais, que são "o desafio continuado – e muito bem sucedido – de elevar a média de qualidade da programação oferecida pelos concessionários privados do serviço público de telecomunicação; e o empenho em difundir valores éticos, cívicos e morais que caracterizam a sociedade brasileira no contexto de sua amplamente majoritária base cristã".

Segundo Mozarildo, a Rede Vida é "plenamente identificada com valores universais da família, da justiça, do trabalho e do bem comum", fazendo valer seu lema: "O canal da família". Lembrou que a programação da rede é acessível nas 500 maiores cidades do país e alcança 110 milhões de pessoas.

Já Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que a disputa pelo canal 11 de São José do Rio Preto foi muito acirrada e destacou a importância do presidente do Senado, José Sarney – então presidente da República –, para que o jornalista João Monteiro de Barros Filho acabasse agraciado com a concessão.

– Ao homenagear a Rede Vida, temos também que homenagear com muita força e muita alegria o presidente desta Casa, José Sarney – disse a senadora.



Dom Paulo Mendes Peixoto, dom Osmino Both, Randolfe Rodrigues, Sarney, João Monteiro de Barros Filho, Marcelo Aparecido Coutinho e irmã Maria Celeste Ghislandi

## Presidente do grupo agradece apoio decisivo de Sarney

O presidente da Rede Vida, João Monteiro de Barros Filho, lembrou que, no início dos anos 1990, já tinha duas rádios e um jornal, o *Diário de Barretos*. Afirmou que costumava ouvir de funcionários do Ministério das Comunicações que eles fariam tudo para que ele conquistasse até oito concessões de rádios em cada estado, mas que também fariam tudo para que ele não obtivesse uma concessão de televisão.

Disse que, no entanto, o então diretor do ministério em São Paulo, Marcelo Aparecido Coutinho da Silva – hoje presidente do Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã (Inbrac), entidade mantenedora da Rede Vida – o incentivou a disputar a concessão de um canal em São José do Rio Preto (SP). Ele agradeceu muito ao senador José Sarney, que fez a outorga enquanto ainda era presidente da República.

O presidente do Senado lembrou que a concessão de um canal de TV é muito disputada, porque representa, entre outras coisas, interesses comerciais e uma visão de opinião pública. Por isso, a concessão de um canal em

São José do Rio Preto tinha vários concorrentes. Acrescentou que João Monteiro de Barros Filho, "com sua modestia, esqueceu um pequeno detalhe":

– A inspiração que ele tinha foi o que motivou imediatamente que todos o escolhêssemos, porque sabíamos que estávamos abrindo uma nova era na televisão brasileira – afirmou José Sarney.

O senador disse que o propósito, ao viabilizar a concessão para a Rede Vida, era a construção de uma TV que trouxesse, em sua programação, ensinamentos morais e éticos, evangelização e a defesa da família, que é a base da sociedade. Para ele, o nome de João Monteiro de Barros Filho "ficará na história da televisão brasileira".

José Sarney afirmou que tinha também grande gratidão por João Monteiro de Barros Filho, uma vez que sua mãe, dona Kiola, passou seus últimos anos "ouvindo a Rede Vida todas as tardes". De acordo com o presidente do Senado, a Rede Vida de Televisão "era seu lugar de oração, era seu lugar de ensinamento".

## Senadores apontam qualidade da programação da emissora

Os senadores que se manifestaram na homenagem ressaltaram a combinação entre fé e informação que caracterizam a programação da Rede Vida de Televisão. Ana Rita (PT-ES) enfatizou a proposta de "divulgar o evangelho, ter uma programação para a família e não ficar restrita aos ideais religiosos".

A senadora elogiou a manutenção, na grade de programação, de "telejornais e programas de entrevistas que tratam da política, informando de forma mais isenta e imparcial".

Wilson Santiago (PMDB-PB) afirmou que "a Rede Vida é o exemplo inequívoco de que é perfeitamente possível aliar uma programação de qualidade com a leveza do entretenimento televisivo". Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que a Rede Vida de Televisão estará com seu sistema digital implantado em todas as capitais e nas 20 maiores cidades de São Paulo.

Para Eduardo Amorim (PSC-SE), a Rede Vida "faz aumentar a esperança deste país, faz aliviar a dor e o sofrimento, sobretudo dos mais carentes, dos mais injustiçados". Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que a Rede Vida é "um verdadeiro símbolo da sociedade brasileira, pelos valores que cultua e que promove", e tem o importante

papel de levar a fé à população, ampliar e fortalecer os valores cristãos na família.

Lídice da Mata (PSB-BA) parabenizou a Rede Vida por defender princípios da fé cristã e princípios humanitários "que as sociedades brasileira e mundial tanto necessitam". Um mundo baseado na paz e na solidariedade precisa de meios de comunicação que reforcem esses valores, disse.

## Vida melhor

De acordo com Paulo Paim (PT-RS), a Rede Vida está "comprometida com o social, com o bem estar de nosso povo". Geovani Borges (PMDB-AP), por sua vez, disse que a rede, "como se fosse uma ponte, aproxima as distâncias e segue pelos grotões do país na proposta de uma vida melhor para todos".

Pedro Simon (PMDB-RS) disse que a criação da Rede Vida foi feliz até na escolha de seu nome. Ele desejou que a rede incomode cada vez mais os canais comerciais que veem no aumento da audiência e no consequente lucro sua principal razão de funcionamento.

Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que a Rede Vida tem "uma programação diversificada, capaz de interessar a um público amplo e variado".

## MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cicero Lucena

2º secretário: João Ribeiro\*

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

## PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Randolfe Rodrigues • Marcelo Crivella • Paulo Paim • Geovani Borges • Acir Gurgacz • João Pedro • Walter Pinheiro

\* Licenciados

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Waldemir Borretto/Senado Federal

Paulo Bauer é um dos dois titulares já definidos para o Parlasul

## Senado escolhe representantes para o Parlasul

O Senado já escolheu quatro dos 20 nomes que representarão o Brasil no Parlamento do Mercosul (Parlasul). Paulo Bauer (PSDB-SC) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) serão titulares; José Agripino (DEM-RN) e Fernando Collor (PTB-AL), suplentes. Ainda estão pendentes as indicações de oito titulares e oito suplentes, o que deve acontecer nas próximas duas semanas. Todos os indicados terão mandato até o ano que vem.

Desde o mês passado, o Congresso Nacional autorizou o Brasil a ter mais parlamentares no Parlasul. De acordo com a Resolução 1/11, aprovada em maio, o número de titulares sobe de 18 para 37, dos quais 27 deputados e 10 senadores.

Os novos integrantes da representação exercerão seus mandatos até a posse dos parlamentares que vierem a ser eleitos para representar o Brasil em Montevidéu, no Uruguai, sede do órgão legislativo regional. Essa posse deve ser ainda em 2012.

O aumento do número de integrantes da representação destina-se a cumprir um acordo celebrado com os demais países do bloco, de implantação paulatina do chamado critério de "representação cidadã". A representação prevê uma proporcionalidade mitigada em relação às populações de cada país na definição das bancadas. A Argentina passará a ter, já neste ano, 26 parlamentares, enquanto Paraguai e Uruguai manterão os atuais 18 parlamentares.

Essa será a primeira etapa para a implantação das bancadas definitivas. A partir das eleições diretas pelos países do bloco, a Argentina passará a contar com 43 integrantes e o Brasil, com 75. Paraguai e Uruguai manterão 18.



Waldemir Borretto/Senado Federal

Mozarildo está confirmado na representação do Parlasul

De acordo com Jorge Moura, diretor do Serviço Social das Estradas de Ferro, o Plano de Saúde dos Ferroviários precisa de pelo menos R\$ 82 milhões para continuar garantindo o atendimento a cerca de 13 mil trabalhadores de 70 a 80 anos

# Ferroviários pedem ajuda federal para recompor e salvar plano de saúde

OS RECURSOS PÚBLICOS necessários para recompor a reserva técnica e manter em funcionamento o Plano de Saúde dos Ferroviários (Plansfer) devem totalizar R\$ 82 milhões, disse ontem o diretor executivo do Serviço Social das Estradas de Ferro (Sesef), Jorge Moura, em audiência pública promovida pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, ligada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo Moura, a reserva técnica do fundo, calculada em

33 mil notas do Tesouro, foi "consumida de forma criminosa". Com isso, afirmou, o plano perdeu seu equilíbrio financeiro e está ameaçado de extinção. Ele pediu apoio aos senadores no trabalho de convencer o governo a promover um aporte capaz de recompor a reserva técnica do fundo.

– Precisamos que o governo reponha essas notas do Tesouro. E não vamos ficar de pires na mão eternamente – disse, lembrando que cerca de 13 mil ferroviários de 70 a 80 anos poderão ficar sem plano de saúde.

Representante da Federação Nacional dos Trabalhadores Ferroviários, João Edacir Calegari Moraes recordou que uma solução para o caso deverá ser adotada em menos de 30 dias, para evitar o fechamento do plano dos ferroviários.

Após ouvir os representantes dos ferroviários, Paulo Paim (PT-RS), na presidência, anunciou que a comissão daria "todo o apoio" às suas reivindicações. Ele afirmou que solicitaria audiência com os ministros do Trabalho, Carlos Lupi, e dos Transportes, Alfredo Nascimento, para

tratar do assunto.

– Não é possível que esse país não reconheça a importância da família ferroviária – disse.

As senadoras Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), Marínor Brito (PSOL-PA) e Lídice da Mata (PSB-BA) manifestaram apoio aos ferroviários. Lídice da Mata também defendeu a reativação dos trens de passageiros. Por sua vez, Casildo Maldaner (PMDB-SC) apoiou o repasse de recursos federais ao plano dos ferroviários e pediu a apuração das responsabilidades pela dilapidação do patrimônio do plano.



José Cruz/Senado Federal

Senador Paulo Paim (terceiro à direita) garante aos representantes dos ferroviários que a subcomissão apoia as reivindicações e trabalhará por elas junto ao Executivo

## Comissão de Constituição e Justiça aprova três nomes para o CNJ

Os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram ontem adiar para a próxima semana decisão sobre a recondução de Jefferson Kravchychyn para o Conselho Nacional de Justiça

(CNJ). Os parlamentares querem esclarecer denúncia apresentada contra o advogado, que foi indicado ao CNJ pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Na mesma reunião, a Comissão de Justiça aprovou três

nomes para compor o conselho: Ney José de Freitas; José Guilherme Vasi Werner; e Gilberto Valente Martins. Essas indicações vão a Plenário (veja matéria abaixo).

O adiamento da decisão sobre

Kravchychyn dá aos senadores mais tempo para esclarecer denúncias enviadas por um desembargador de Minas Gerais e apresentadas pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO). O indicado é acusado de ter violado sigilo e divulgado seu voto à imprensa antes da conclusão de processo envolvendo o desembargador, que tramitava no conselho. Ele nega a acusação.

Demóstenes solicitará ao desembargador que envie à CCJ comprovação da denúncia, antes da votação da indicação, na próxima quarta-feira. O senador do DEM também criticou Kravchychyn por manter seu nome e foto em site de seu escritório de advocacia, do qual o conselheiro diz ter se licenciado quando assumiu no Conselho Nacional de Justiça.



Gerardo Nogueira/Senado Federal

Martins (E), Vasi Werner, senador Eunício Oliveira, Freitas e Kravchychyn: apenas o último não teve o nome confirmado

## Indicado não crê em fusão de ramos da Justiça

Aprovado pela CCJ, Ney José de Freitas foi indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Ele é presidente do TRT da 9ª Região, em Curitiba, e do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) foi o relator de sua indicação.

Durante a sabatina, o senador Pedro Taques (PDT-MT) questionou Ney José de Freitas quanto à validade de uma possível unificação entre a Justiça do Trabalho e a Justiça Federal.

O indicado disse não acreditar na mudança.

– Uma unificação viria em prejuízo do trabalhador. Hoje há a tendência de que permaneça como Justiça especializada – disse.

Também aprovado pela CCJ, Vasi Werner é juiz de Direito e sua indicação foi relatada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ). O indicado atualmente é secretário-geral-adjunto do Conselho Nacional de Justiça.

Werner disse considerar relevante que o Supremo Tribunal

Federal (STF) tenha o controle sobre as decisões do CNJ. O indicado lembrou que o conselho está voltado apenas a questões administrativas da Justiça, e não a questões judiciais.

Terceiro aprovado, Gilberto Martins é promotor de Justiça no Pará e foi indicado pela Procuradoria-Geral da República. A indicação de seu nome foi relatada pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Assim como o relator, a senadora Marínor Brito (PSOL-PA) elogiou a atuação do indicado.

## Na próxima quarta, comissão sabatina mais dois indicados

Na reunião de ontem da CCJ, foram lidos os relatórios de mais duas indicações para o Conselho Nacional de Justiça: ministro Carlos Alberto Reis de Paula, do Tribunal Superior do Trabalho, e procurador regional da República Wellington Cabral Saraiva. O presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), concedeu vista coletiva, informando que os indicados serão sabatinados na próxima quarta-feira.

Vanessa Grazziotin afirma em Plenário que considerou desrespeitosas declarações de Demóstenes Torres a jornal de Manaus. Senador diz que "não fulanizou" comentário

## Benefícios para *tablets* continuam a gerar polêmica

A DECLARAÇÃO DE que "a bancada do Amazonas no Congresso Nacional não tem voz firme em defesa das questões do estado", feita pelo senador Demóstenes Torres (DEM-GO) em evento em Manaus, foi considerada desrespeitosa pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A afirmação do senador, publicada no jornal *A Crítica*, referia-se à abstenção da bancada na votação da MP 517/10, que estendeu para outras regiões incentivos à produção de *tablets* até então restritos à Zona Franca de Manaus.

– O que ele falou demonstra já de imediato que não tem o menor domínio sobre a política e a economia do Amazonas, porque se tivesse jamais falaria isso – afirmou Vanessa.

A senadora rejeitou a existência de "amarras políticas" ao governo federal, que, segundo Demóstenes, impediriam que o estado fosse mais bem represen-

tado, e destacou que as ações dos governos Lula e Dilma em apoio à Zona Franca de Manaus atendem à causa comum dos parlamentares amazonenses.

– No período do governo Fernando Henrique havia muitos amazonenses influentes, ministros de Estado inclusive, e nunca conseguimos a prorrogação da Zona Franca – frisou, sublinhando a atual luta dos representantes do Amazonas para garantir a competitividade industrial do estado diante da nova legislação que beneficia a produção de *tablets*.

O senador João Pedro (PT-AM) solidarizou-se com Vanessa e reafirmou seu orgulho de defender o governo federal. Segundo ele, o governo Fernando Henrique Cardoso tinha tentado acabar com a Zona Franca de Manaus, um processo que só foi revertido no governo Lula e "contra os interesses de São Paulo".

### "Não houve desrespeito", afirma senador

Demóstenes Torres pediu a palavra por ter sido citado por Vanessa Grazziotin. O senador explicou que, em viagem a Manaus, foi questionado por jornalistas sobre a MP 517/10 e respondeu "sem fulanizar", que a maioria da bancada do Amazonas se absteve de votar. Demóstenes reiterou a declaração de que os parlamentares "votaram contra os interesses de seu estado" quando deixaram de votar a MP.

– Não fui a Manaus para falar contra quem quer que seja, e não o fiz. Não falei de fulano, não agredi e não mencionei. Não houve desrespeito, não vou ligar para jornal coisa nenhuma. Eu disse mesmo e o meu objetivo lá era outro. Não faltei com respeito, não fui leviano, não faltei com o decoro, não ataquei nenhum colega, não critiquei o Amazonas. Pelo contrário, lembrei que o estado, no fim do século 19, no ciclo da borracha, mantinha o Brasil – disse Demóstenes, que leu o teor do § 7º do artigo 5º da MP 517/10 para sublinhar que o Amazonas foi prejudicado com a aprovação do texto.



Vanessa Grazziotin diz que Amazonas está bem representado no Congresso

## Amorim apela ao governo por socorro a agricultor



Eduardo Amorim

O senador Eduardo Amorim (PSC-SE) pediu que o governo federal volte a adquirir laranja pelo Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. A fruta foi retirada da lista de prioridades da cadeia alimentar e produtiva da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), explicou.

Para o senador, o fim da compra da laranja dos agricultores familiares de Sergipe "é um fato desumano e perverso que representa um retrocesso em relação às ações voltadas para geração de emprego, renda, inclusão social e, sobretudo, de alimentação".

– É preciso que medidas urgentes sejam tomadas, uma vez que os frutos estão no pé, aguardando a colheita, e vão começar a cair, para desespero do agricultor e de suas famílias.

## Marinor Brito: abandono estimula divisionismo



Marinor Brito

Os habitantes da região do Baixo-Médio Amazonas e Tapajós, no Pará, sentem-se abandonados pelo poder público, disse Marinor Brito (PSOL-PA), e estão sendo incentivados por setores como os de agronegócio e mineração a terem uma posição divisionista. Ela relatou ter constatado esse sentimento

de abandono nas cidades de Curuá, Alenquer e Santarém, onde conversou com a população sobre o erro histórico de defender o desmembramento do estado.

– O governo não pode tratar nossa região apenas com a visão de exploração dos bens naturais – protestou.

Marinor também contou ter participado de debate sobre o Plano Nacional de Educação, na Assembleia Legislativa do Pará.

## CDR anuncia audiência sobre inclusão digital

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) promove na próxima terça-feira mais um painel do ciclo de debates que examina os entraves ao desenvolvimento regional do Brasil. Dessa vez, o tema será inclusão digital, com a participação de representantes do Ministério das Comunicações, da Telebrás e da Associação Nacional para Inclusão Digital.

O vice-presidente da comissão, Eduardo Amorim (PSC-SE), mencionou também as visitas às cidades-sede da Copa de 2014, em conjunto com a Comissão de Turismo da Câmara.

## Para Demóstenes Torres, governo distorce educação com ideologia

Citando trechos de livros das coleções distribuídas para as escolas públicas de todo o país, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) disse ontem que "o governo federal está fazendo educação ideologizada e criminosa". Ele afirmou que, além de ensinar Matemática errada e agredir o idioma, o Ministério da Educação tenta fazer de cada aluno "um militante de ONG, sindicato ou partido ligado ao Palácio do Planalto".

– Folhear o livro [*Viver, aprender*] é um passeio pelos diversos ensaios da idiotia. Lê-lo é ter contato com um texto confuso, às vezes patético. Estudar por ele é tomar aula primária de militância esquerdista com argumentos pré-Revolução Russa de 1917.

Segundo Demóstenes, o livro *Vivências e diversidades* informa que há apenas dois grupos de jovens no Brasil, o dos negros e pardos, com 51% da população, e o de brancos, com 49%.

Na estatística do ministério, disse o senador, não existem no país os amarelos, cafusos, mamelucos, polacos, mulatos, mestiços e índios. Afirmou também que o "marketing chapa-branca" fez com que os livros incorporassem propagan-



Demóstenes critica livros distribuídos a escolas da rede pública pelo MEC

da explícita do governo, com reprodução integral de peças publicitárias.

Waldemir Moka (PMDB-MS) disse, em aparte, que os livros foram retirados do catálogo do ministério. Demóstenes esclareceu que, até o momento, somente os livros de Gramática e Matemática foram retirados. Pedro Taques (PDT-MT) frisou que, nesse tema, o Brasil poderá receber medalha de ouro no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). Marinor Brito (PSOL-PA) disse que "a nossa escola hoje virou símbolo da violência, com alunos agredindo professores". Já Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que não há versão da História que não seja ideologizada.

## Para Couto, sigilo aumenta risco de superfaturamento nas obras

Mário Couto (PSDB-PA) criticou a presidente da República, Dilma Rousseff, por defender na imprensa a medida que cria o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) e determina o sigilo dos gastos com obras e serviços relacionados à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

A proposição (MP 527/11) foi aprovada na semana passada pela Câmara. Na avaliação do senador, a imposição de sigilo sobre as despesas com obras dos eventos esportivos aumentará muito o risco de ocorrência de superfaturamento nas licitações das obras da Copa e das Olimpíadas.

– É terrivelmente ruim, presidente, quando vossa excelência diz que não vai mostrar o que gastou, que não vai mostrar os gastos públicos da Copa do Mundo – disse, classificando



Mário Couto critica Dilma por defender MP sobre licitações da Copa

como "absurda e estúpida" a decisão do governo federal.

Mário Couto acusou ainda o presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Ricardo Teixeira, de ser um dos "mentores" da proposta de determinação de sigilo.

– Propositamente, ele deixou as obras atrasarem para criar um tipo de emergência – disse.

## Regras para licitações da Copa serão debatidas pela CMO

Em reunião extraordinária na próxima quarta-feira, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) fará audiência pública para debater a adoção de um regime licitatório diferente para as contratações relacionadas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.

O requerimento, do deputado Cláudio Cajado (DEM-BA), convida representantes do Ministério do Esporte, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

(Dnit), da Caixa Econômica Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

A reunião da CMO de ontem foi cancelada por falta de quórum. Na segunda-feira, poderá ser apresentado na comissão o relatório final do deputado Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG) para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012. São exigidos pelo menos três dias úteis entre a apresentação do parecer e a sua votação.